

# Um estranho compromisso semântico: o minimalismo sem proposições mínimas

*Ana Cristina Serralheiro Falcato  
Universidade Nova de Lisboa*

## **Resumo**

Neste artigo é detalhadamente analisada uma versão sui generis de Minimalismo Semântico, o Minimalismo sem Proposições Mínimas, com o fito de o confrontar com a mais radical versão de Contextualismo que podemos encontrar no panorama teórico actual em Filosofia da Linguagem: o Ocasionalismo. Ambas as posições rejeitam o proposicionalismo, ou seja, a necessidade de adscrever conteúdo proposicional às elocuições particulares de frases-tipo das línguas naturais, ainda que esse conteúdo seja “mínimo”. Mas o Minimalismo sem Proposições Mínimas separa-se radicalmente do Ocasionalismo, na medida em que parte de uma noção extremamente empobrecida de Pragmática, sendo uma das suas premissas fundamentais uma divisão estrita entre “conteúdo semântico” e “conteúdo pragmático” na interpretação de espécimes de frases-tipo. Só que essa premissa assenta numa restrição abusiva das tarefas cumpridas por cada tipo de conteúdo e – o que é mais grave – numa adscrição formal de putativo “conteúdo semântico” a uma entidade que não existe.

## **Palavras-chave**

Minimalismo semântico, proposições mínimas, separação semântica/pragmática, quadro pragmático

## Abstract

In this paper I examine at length one sui generis version of Semantic Minimalism, dubbed Minimalism without Minimal Propositions (MWMP), with the aim of confronting it with the most radical contextualist proposal to be found in Contemporary Philosophy of Language: Occasionalism. They both reject Propositionalism, the need for such thing as propositional content to be ascribed to natural languages' utterances of sentence-types, even if that content should be minimal. But very unlike Occasionalism, MWMP departs from a very impoverished notion of Pragmatics, being one of its fundamental premises the establishing of a sharp division between "semantic content" and "pragmatic content" in interpreting utterances of sentence-types. But on the core of this premise lays an abusive restriction of tasks to both types of content to perform and – what's worse – the formal ascription of "semantic content" to an entity which does not exist.

## Keywords

Semantic minimalism, minimal propositions, pragmatics/semantics divide, pragmatic framework

## § 1. Uma semântica sem proposições

Analisaremos neste trabalho uma teoria semântica, proposta por Kent Bach<sup>1</sup> a partir da elaboração e de um suposto aperfeiçoamento de algumas teses fundamentais de Paul Grice, defendidas sobretudo em «Logic and Conversation»<sup>2</sup>. A proposta semântica em questão é a rejeição de diferentes formas de Contextualismo em Filosofia da Linguagem. Mesmo sendo anti-contextualista, a teoria de Bach tem pontos de contacto interessantes com o mais radical quadro contextualista no debate atual em Filosofia da Linguagem: o Ocasionalismo defendido por Charles Travis. Tal como o Ocasionalismo de Travis, a proposta a que chamamos Minimalismo sem Proposições Mínimas<sup>3</sup> rejeita a estipulação de Proposições Mínimas enquanto conteúdo semântico invariável e transversal a todos os possíveis espécimes de uma mesma frase-tipo e é, por essa razão e junto com o Ocasionalismo, uma teoria *anti-proposicionalista*. Veremos, porém, que a alternativa de Bach ao Contextualismo semântico, quando analisada a partir dos seus próprios termos e definições, incorpora uma incongruência fundamental.

---

1 - Vide BACH 1994, 1999 e 2001.

2 - Vide GRICE, P., 1975, "Logic and Conversation". In *Studies in the Way of Words*, 1989.

3 - Doravante abreviada pela sigla MSPM.

A teoria Minimalista defendida por Bach é uma proposta para interpretar elocuições de frases que assenta numa dissociação quase esquizoide de Semântica e Pragmática das línguas naturais. A sua posição mais vinculativa – que se verá ser também a mais problemática – é a apologia de uma noção puramente semântica do que é dito [*what is said*], ou seja, do *conteúdo* de uma frase numa língua natural como o Português, *quando proferida*. O objectivo dessa apologia é proibir a intromissão de processos pragmáticos na obtenção do conteúdo mínimo de uma frase proferida. O suposto “conteúdo puramente semântico” de uma elocução estaria, para tanto, submetido a um princípio de “Correlação Sintáctica”, de acordo com o qual aquilo que é dito numa elocução de uma frase tem de corresponder “aos elementos da frase, quanto à respectiva ordem e carácter sintáctico”. Se houver algum elemento de significado que o falante que profere a frase queira comunicar ao proferi-la, mas que não corresponde a nenhum elemento na sintaxe da frase proferida, então esse elemento é excluído do conteúdo semântico da elocução.

Uma vez que a uma frase sintacticamente completa e bem formada pode não corresponder um conteúdo semântico completo, o MSPM rejeita o “adágio escolar” que atribui a uma frase completa a expressão de uma proposição. O defensor do MSPM admite a hipótese de uma frase sintacticamente bem formada ser semanticamente deficitária e, portanto, não expressar nenhuma proposição, mas meramente um “esquema ou esqueleto proposicional”. Por isto é que esta é uma nova versão de anti-proposicionalismo.

Há, porém, algo que consideramos inadequado no quadro teórico sob análise: justamente a forma de dissociar Semântica e Pragmática na interpretação de espécimes de frases das línguas naturais. Só porque o MSPM assume uma versão demasiado trivializada de Pragmática é que pode defender a cisão radical dos dois fóruns de interpretação linguística. Essa versão apenas associa a competência pragmática ao uso de expressões de uma língua natural por falantes competentes da mesma.

Mas há, pelo menos, duas caracterizações não redutíveis de Pragmática, lado a lado com duas caracterizações não redutíveis de Semântica, cujo cômputo seria mais do que suficiente para refutar a esquizoidia imputável ao MSPM.

A primeira definição de Pragmática afirma que a Pragmática diz respeito aos fenómenos linguísticos não abordados pela Fonologia, nem pela Sintaxe nem pela Semântica. A segunda definição afirma que a Pragmática corresponde ao *estudo das propriedades das palavras dependente do facto destas terem sido proferidas ou de terem despoletado determinadas reacções, sob determinadas condições*.<sup>4</sup>

---

4 - Vide KALISH, 1967.

Por seu turno, uma primeira definição de Semântica – devida sobretudo a David Lewis (Lewis, 1970) – afirma que aquela diz respeito às relações entre as palavras e o mundo, muito especialmente àquelas relações de que depende a verdade ou falsidade das palavras. Para esta (primeira) definição, uma teoria semântica sem tratamento de condições de verdade não é uma teoria semântica.

Uma segunda definição de Semântica é culminada pela ideia de que uma teoria do significado para uma linguagem (também para uma língua natural) deve estar capacitada a dar o significado das palavras e das frases que essa linguagem compreende<sup>5</sup>, com base num esquema recursivo.

Se assumirmos – como pretendemos fazer aqui – que as condições para a designação de objectos no mundo pelas palavras de uma linguagem e as condições para a verdade ou falsidade das frases da mesma são, invariavelmente, reféns das circunstâncias ou da maneira em que aquelas são ou podem ser proferidas, então, dado o quadrado de definições de Semântica e de Pragmática acima traçado, todas as questões semânticas são, inevitavelmente, questões pragmáticas. Uma teoria semântica para uma linguagem – como quer que seja concebida, a partir da primeira ou da segunda definição de Semântica que acabamos de expor –, *tendo em conta que os seus objectos de estudo são sempre signos susceptíveis de ser proferidos*, terá muito pouco que ver com a determinação recursiva das condições de verdade das frases formuláveis dentro dessa linguagem, a partir do significado dos respectivos primitivos semânticos e da organização sintáctica dos mesmos. Chamemos a este o Quadro Pragmático.

O Quadro Pragmático constitui o enquadramento de uma forma radical de contextualismo que destaca uma ideia de J.L.Austin<sup>6</sup>: só podemos falar em “verdade” ou “falsidade” das *palavras e frases* de uma linguagem na medida em que uma menção a espécimes das últimas remeta para um “evento histórico”, quer dizer, para um acto de elocução de um falante ou falantes ante e para uma audiência, como uma situação histórica determinável.

Ora bem: este cenário está nos antípodas de qualquer tipo de teoria do significado para uma linguagem ou língua natural na qual as condições de verdade das frases que se podem formular dentro da linguagem em questão são determináveis pelo conhecimento dos sig-

---

5 - Vide DAVIDSON, D., “Truth and Meaning”: “[...] a satisfactory theory of meaning must give an account of how the meanings of sentences depend upon the meanings of words. Unless such an account could be supplied for a particular language, it is argued, there would be no explaining the fact that we can learn the language: no explaining the fact that, on mastering a finite vocabulary and a finitely stated set of rules, we are prepared to produce and to understand any of a potential infinitude of sentences”.

6 - “We may, however, genuinely say “His closing words were very true” or “The third sentence on page 5 of his speech is quite false”: but here “words” and “sentence” refer, as is shown by the demonstratives, which in this usage consistently accompany them, to the words or sentence *as used by a certain person on a certain occasion*. That is they refer to *statements*. A statement is made and its making is an historic event, the utterance by a certain speaker or writer of certain words (a sentence) to an audience with reference to an historic situation, event or what not”. In J.AUSTIN, “Truth”, in *Philosophical Papers*, OUP, 119.

nificados dos respectivos vocábulos ou primitivos semânticos, sua disposição gramatical e correcta articulação sintáctica.

Defender o Quadro Pragmático implica aceitar que as questões sobre a verdade e falsidade das frases (pelo menos das frases em forma declarativa) formuláveis dentro de uma língua natural como o Português não surgem ao nível das expressões dessa linguagem – nem simples nem articuladas –, mas só ao nível dos vários “eventos históricos” que são *actos de elocução* por falantes competentes da língua em questão.

No Quadro Pragmático, aquilo que constitui o *significado* de uma frase numa língua natural é o que a torna *um meio de expressão de pensamentos* – e não o veículo semântico de um *único* pensamento, como seja um conteúdo proposicional fixo e não interpretável. O significado de uma frase torna-a um meio de expressão de pensamentos porque a frase é uma descrição de como as coisas são (ou estão) e, portanto, a possibilidade de proferir a frase é a possibilidade de descrever estados de coisas. Como toda a descrição admite muitas aplicações e a possibilidade de proferir uma frase não é esgotável, então *diferentes aplicações* de uma *mesma descrição* correspondem a diferentes pensamentos. Se uma mesma descrição (frase) pode corresponder a muitos pensamentos, então as condições para a verdade de cada um desses muitos pensamentos não podem ser as condições de verdade da frase.

## §2. Um conteúdo puramente semântico

Ao introduzir a noção de *implicatura conversacional*, Paul Grice<sup>7</sup> rigidificou a dicotomia *what is said* [o que é dito] / *what is implicated* [o que é implicado<sup>8</sup>], aplicada à interpretação de elocuições de frases-tipo. Grice quis marcar uma distinção fundamental entre o conteúdo literal da frase que é proferida num acto de elocução e um determinado tipo de conteúdo proposicional, não articulado pela mesma, mas inferencialmente extraível do acto de elocução de um falante que profere uma frase *f*, tendo em conta o enquadramento conversacional em que *f* é proferida, as intenções dos respectivos interlocutores e um conjunto de *máximas conversacionais* que, em conjunto, determinam aquilo a que Grice chamou o Princípio de Cooperação.

O Princípio de Cooperação postula que, para maximizar os efeitos da comunicação, um falante deve *contribuir com o que é requerido pelos propósitos comumente aceites numa dada*

---

7 - Vide GRICE, P., 1975, “Logic and Conversation”; *Studies in the Way of Words*, 1989.

8 - Veremos mais adiante como este lexema, já razoavelmente cunhado em Português, não é completamente adequado para traduzir o neologismo de Grice, uma vez que deixa o estudante de Pragmática linguística sem uma alternativa viável para traduzir um outro neologismo – desta feita introduzido por Bach (Bach, 2001): a noção de “*conversational implicature*”.

*plataforma conversacional*. O efeito cooperativo será atingido se o falante respeitar quatro tipos de máxima conversacional, a saber:

1. *Máxima da Quantidade*: Sê tão informativo quanto é requerido.
2. *Máxima da Qualidade*: Faz uma contribuição verdadeira para o conjunto conversacional; não faça uma afirmação que acredites ser falsa ou injustificada.
3. *Máxima da Relação*: Sê relevante.
4. *Máxima do Modo*: Sê sintético, subtraindo à contribuição conversacional obscuridade ou ambiguidade, introduzindo um contributo ordenado e breve.

Se falantes e intérpretes de uma plataforma de interlocução pressupuserem que as quatro máximas conversacionais estão a ser respeitadas e, bem assim, o Princípio de Cooperação, então, quando um acto de elocução não cumpre alguma daquelas máximas, um intérprete pode inferir que o seu interlocutor espera que esse incumprimento seja, ele mesmo, computado no processo de interpretação como a veiculação de um conteúdo não articulado linguisticamente, mas conversacionalmente relevante: uma Implicatura Conversacional.

A introdução da dicotomia *what is said/what is implicated* levou Grice a defender que os conteúdos correspondentes àquela díade classificativa esgotam o domínio dos conteúdos conversacionalmente disponíveis. Para tanto, Grice propõe uma noção literalista do conteúdo semântico de uma elocução, ou seja, do respectivo *what is said*. O que é dito [*what is said*] não excede, para Grice, aquilo que é explicitamente articulado num acto de elocução e está submetido a *Correlação Sintáctica*, isto é, tem de corresponder aos elementos da frase proferida e respectiva disposição e ordem sintáctica. Portanto, em termos interpretativos, Grice estipula a adscrição de um *conteúdo semântico puro literal* (decalcado da mera estrutura sintáctica da frase proferida) a uma elocução particular, na categoria do *what is said* no respectivo acto de elocução.

No caso de a interpretação de uma elocução revelar *elementos não articulados* pela frase-tipo proferida, de que a primeira constitui um espécime, então esses elementos não fazem parte do conteúdo semântico ou daquilo que é dito pela elocução.

Malgrado o princípio da *Correlação Sintáctica*, Grice não limitou o *what is said* de uma elocução a um conteúdo contextualmente invariante, na medida em que a sua proposta contempla a interpretação de indexicais e a resolução de ambiguidade semântica para determinar

o conteúdo semântico puro de uma elocução. Nada mais. Ou seja, ainda que o referente de uma expressão indexical varie de contexto para contexto de elocução, o respectivo conteúdo corresponde a um elemento sintacticamente articulado na frase proferida. De forma similar, se, num acto de elocução, a frase proferida for ambígua – seja porque contém termos semanticamente ambíguos ou porque é estruturalmente ambígua –, o significado operativo contextualmente, depois do processo de desambiguação, ainda é uma projecção da sintaxe da frase.

Um dos nossos intuitos principais nesta exposição é argumentar contra uma noção puramente semântica (ou mínima) do conteúdo de elocuições. Isso porque, por um lado, a maior parte das frases formuláveis numa língua natural como o Português se revelam semanticamente incompletas ou indeterminadas, mesmo depois da adscrição de referentes às respectivas expressões indexicais e da fixação do valor semântico de eventuais expressões ambíguas e, portanto, constata-se que essas frases não expressam um pensamento ou proposição completos – um cenário desolador, dada a dicotomia griceana, já que então *nada seria dito* numa elocução de uma tal frase.

Por outro lado, é um facto constatável no processo comunicativo entre interlocutores que muitas frases semanticamente *completas*, normalmente, não são usadas para expressar a proposição determinada pelo princípio da Correlação Sintáctica – a Proposição Mínima. A proposição mínima, decalcada da estrutura sintáctica da frase proferida, pode nem ser psicologicamente computada por falante e intérprete no processo (pragmático) de interpretação da elocução.

Dado esse sumário de críticas a uma noção semanticamente pura do conteúdo de uma elocução, cabe agora perguntar:

- 1) Para que serve a dicotomia griceana *what is said/what is implicated* se, ao primeiro membro da díade pode não corresponder um conteúdo proposicional e, sendo o segundo inferencialmente extraído do primeiro, não existindo um conteúdo primário tampouco existirá um conteúdo secundário extraível?
- 2) Pode um conteúdo semanticamente puro, vinculado à norma da Correlação Sintáctica, não ser completo? Se sim, qual o seu papel numa teoria para interpretar elocuições?

Kent Bach propõe uma resposta para essas questões que, com base em definições pobres

ou mesmo não explicitadas, quer de Semântica quer de Pragmática, segue fundamentalmente três linhas de argumentação:

1. Numa versão modificada da dicotomia griceana, poderemos defender *uma noção semanticamente pura daquilo que é dito numa elocução* e manter o princípio da Correlação Sintáctica;
2. O conteúdo semântico (puro) de uma elocução não tem por que ser um pensamento ou proposição completos, mesmo se mínimos;
3. O principal factor a computar na determinação do *conteúdo comunicado* por uma elocução de uma frase-tipo não é o contexto em que esta é proferida, mas as *intenções comunicativas* do respectivo falante.

### § 3. Querer dizer o que se diz e as intenções comunicativas

Quando explora o contraste entre “to implicate” (um neologismo, cujo significado funcional já começámos a analisar) e “to say”, em «Logic and Conversation», Grice destaca o aspecto de “significado não-natural” que caracteriza ambos e defende um suposto entendimento intuitivo de «dizer», que vincula *o que é dito* ao princípio da Correlação Sintáctica, que também já explorámos. Na medida em que o *what is said*,<sup>9</sup> para Grice, corresponde só ao que é explicitamente articulado num acto de elocução – salvaguardando a interpretação de expressões indexicais e processos de desambiguação<sup>10</sup> – e está sujeito à Correlação Sintáctica, subentende-se que:

- a) A única matéria computada na extracção desse conteúdo é o significado literal da frase proferida;

---

9 - Por questões de uniformização da terminologia griceana e também porque uma tradução literal dessa locução soa bastante forçada em Português, sempre que possível adoptaremos a própria locução de Grice.

10 - O aspecto problemático da dicotomia griceana pode começar logo com essa estranha autorização. Ou seja: se Grice estipula que o *what is said*, como “conteúdo semântico puro”, está submetido à Correlação Sintáctica e é, por isso, uma mera projecção da estrutura sintáctica da frase proferida, como é que a extracção desse conteúdo pode autorizar a interpretação de indexicais e a desambiguação, uma vez que a referida interpretação, mediante *regras semânticas* ou mesmo por ostensão, já altera a sintaxe da frase com expressões indexicais ou ambíguas? Mesmo que a resolução da ambiguidade e a adscrição contextual de valores aos indexicais numa frase sejam normalmente concebidas como processos “pré-semânticos”, esse mesmo nível de interpretação já se distancia da estrutura sintáctica ou da forma lógica da frase, o que, do nosso ponto de vista, inviabilizaria o próprio requisito da Correlação Sintáctica.

- b) A obtenção desse conteúdo é determinada por um compromisso composicional com o significado dos elementos constituintes da frase proferida e sua respectiva disposição sintáctica.

De forma bastante estipulativa, Grice assume ainda que *dizer algo implica querer dizer o que se disse*. Ou seja, por causa da máxima da qualidade, o falante fica comprometido com a crença na verdade daquilo que disse. Esta é a razão por que Grice introduz uma outra locução para classificar exemplos de ironia, metáfora, etc., onde o falante não quer dizer aquilo que é dito – para Grice esses são casos de “make as if to say” (i.e., *fazer de conta que se diz algo* ou *fazer como se se dissesse algo*). De certa forma, Grice fez confluír “dizer” e “afirmar”: o falante que diz algo deve ser tomado como estando a afirmá-lo. Como não é isso que acontece em formas não-literais de elocução (como a metáfora ou a ironia), Grice foi obrigado a explorar a sua própria dicotomia para interpretar aquelas formas como modificações do primeiro membro da dicotomia *what is said/what is implicated*.

Porém, não é completamente seguro que, em usos não literais da linguagem, um falante esteja meramente “a fazer de conta que diz algo”; parece mais intuitivo interpretar exemplos de ironia ou de metáfora como casos em que o falante *diz algo*, mas *quer dizer* alguma coisa distinta do que efectivamente diz. Se, por exemplo, eu digo ao meu gato:

(1) És o meu docinho de coco,

ainda que o conteúdo literal de (1) seja *o que eu digo*, esse conteúdo literal não é *aquilo que eu quero dizer ao proferir* (1). Porém, num quadro teórico que defenda uma noção puramente semântica do *what is said*, o significado literal de uma elocução de (1) é o respectivo *what is said* e esse conteúdo deverá ser preservado em prol de uma separação asséptica entre Semântica e Pragmática, ao arrepio do que já constatámos acontecer no Quadro Pragmático. No quadro griceano, sendo o conteúdo literal de (1) o respectivo *what is said*, o que quero dizer ao proferir (1) deve ser interpretado como uma implicatura conversacional.

Para além dos usos não-literais da linguagem, há mais contra-exemplos à estipulação griceana de que “dizer alguma coisa implica querer dizer o que se disse”. Um falante pode *querer dizer* uma coisa, mas, de forma não intencional, *dizer uma coisa distinta* (é isso que acontece em casos de *lapsus linguae*); ou pode mesmo *dizer algo sem querer dizer nada em absoluto* (exemplos desse fenómeno são a tradução oral, recitação ou mera prática de pro-

núncia numa língua estrangeira).

O MSPM considera, pois, importante distinguir usos não literais da linguagem – nos quais não se quer dizer aquilo que se diz, mas mesmo assim *há algo que é dito*, a saber, o conteúdo literal da frase proferida – de casos de implicatura conversacional.<sup>11</sup>

A insistência num refinamento da dicotomia griceana tem um propósito, tal como um conjunto de novas consequências teóricas bastante orgânicas dentro do próprio quadro do MSPM. Vejamos. Na medida em que um falante que profere uma frase *f* num contexto de elocução *C* não fica necessariamente comprometido com a crença na verdade do conteúdo literal de *f*, o *what is said* da elocução de *f* não tem por que coincidir com o conteúdo que o falante quer comunicar (*what is communicated*) no acto de proferir *f*.

O conteúdo que um falante quer comunicar e ver reconhecido pelos respectivos interlocutores como o conteúdo comunicado no contexto de interlocução *C* pode: a) coincidir com o *what is said* da frase proferida em *C*; b) ser mais extenso do que o *what is said* em *C* ou c) ser um conteúdo distinto do *what is said* em *C*.

Em qualquer dos casos – e essa é a tese que encima o MSPM – o conteúdo que um falante quer comunicar [*what is communicated*] ao proferir uma dada frase *f* só é determinado pelas *intenções comunicativas* do autor da elocução de *f* em *C* (e não pelo contexto em que *f* é proferida).

Aquilo que uma dada frase-tipo *f* pode ser usada para comunicar num contexto de elocução *C* não está encerrado no significado literal de *f*. O conteúdo comunicado por um uso *x* de *f* em *C* é inferido pelo interlocutor ou interlocutores do falante que profere *f* em *C*, com base *no facto do falante ter proferido f em C*. Essa “pressuposição comunicativa” (*vide* Bach e Harnish, 1979) está presente na plataforma de interlocução em que *f* é proferida, mesmo se nessa plataforma aquilo que o falante que profere *f* quer dizer coincide exactamente com o significado literal de *f*. Portanto, no quadro do MSPM, mesmo quando o *what is communicated* por um uso *x* de uma frase-tipo *f* coincide com o respectivo *what is said* – ou seja, quando uma frase *f* é usada para veicular o respectivo significado literal – essa coincidência de conteúdos ainda é uma consequência das intenções comunicativas do falante que profere *f*.

O MSPM, na medida em que introduz novas ramificações na clássica dicotomia gricea-

---

**11** - Esta astuciosa manobra de separação categorial é até bastante plausível, na medida em que a proposta de Grice a propósito dos usos não literais da linguagem é quase incongruente. Vejamos porquê. Grice classifica os usos não literais da linguagem, como a metáfora ou a ironia, não como exemplos de “saying”, mas sim de “making as if to say”. Mas, ao mesmo tempo, classifica-os como exemplos de implicaturas conversacionais. Se, porém, numa elocução irónica, o falante não diz nada, mas apenas “faz de conta que diz algo”, o que é que pode funcionar como a implicatura conversacional de uma elocução em que nada é dito? Essa perplexidade será tanto maior quanto tivermos em conta que Grice define “implicatura conversacional” como um fenómeno pragmático que tem lugar quando um falante diz algo, mas quer dizer outra coisa *para além* daquilo que disse e que deve ser inferida a partir daquilo que disse.

na – rejeitando a estipulação de Grice de que *dizer algo implica querer dizer o que se disse*, isto é, de que um falante que profere uma frase *f* numa plataforma de interlocução *P* fica comprometido com a crença na verdade do conteúdo literal de *f* –, fica também comprometido com a explicação das suas próprias dicotomias. E as novas dicotomias introduzidas são fundamentalmente duas: 1) *Implicatura/Implicitura* conversacionais; 2) *what is said/what is communicated* (ou seja, entre um entendimento puramente semântico daquilo que é dito num acto de elocução, submetido ao princípio da correlação sintáctica, e a extensão pragmática desse mesmo conteúdo).

#### § 4. Dicotomia 1: implicatura/implicitura conversacionais

Nos dois pontos anteriores já foi mencionado que, para o MSPM, a clássica dicotomia griceana – *what is said/what is implicated* – não é exaustiva. Começamos a introduzir justificações para uma demarcação dessa dicotomia – como seja a incongruência entre o princípio da Correlação Sintáctica e a resolução de indexicais e demonstrativos ou de expressões ambíguas. Chegou agora o momento de justificar detalhadamente essa demarcação, a partir do quadro teórico do MSPM.

Indagar se os conteúdos da dicotomia griceana esgotam ou não a totalidade dos conteúdos comunicados num acto de elocução determinado equivale a perguntar se um falante, ao *dizer algo* (em sentido meramente locucionário) pode chegar a comunicar algo *para além* do conteúdo do que é dito e do que é veiculado por meio de uma implicatura conversacional<sup>12</sup> [*what is implicated*].

O MSPM defende que a dicotomia griceana não é exaustiva quanto à delimitação do conteúdo comunicado num acto de elocução e introduz uma nova expressão técnica: “conversational implicature”.

Tal como as *implicaturas* de Grice, as *implicituras*<sup>13</sup> ultrapassam aquilo que é dito em sen-

12 - Ao introduzir a noção de “Conversational Implicature” como uma noção técnica nova, portanto um neologismo, o quadro griceano também criou um problema de tradução aos respectivos *scholars*. Em Português, a locução tem sido traduzida por “Implicatura conversacional”. Porém, o verbo utilizado para designar a veiculação de uma implicatura é o verbo “implicitar”, o que deixa o estudante de Pragmática linguística sem soluções para o subsequente neologismo cunhado por Bach [1994]: “Conversational Implicature”. Ao contemplar o problema nesta dissertação, limitar-nos-emos a explicar descriptivamente as diferenças entre os dois lexemas e, quando surgir a necessidade de utilizar verbos para descrever a acção de veicular implicaturas e implicituras conversacionais, por falta de opções, manteremos as expressões originais em Inglês – *Conversational Implicature* e *Conversational Implicature*. Manifestamos desacordo com o grupo vocabular usado para traduzir em Português o clássico lexema griceano mas, na verdade, não apresentamos uma alternativa.

13 - O conteúdo proposicional que o MSPM classifica como implicitura conversacional corresponde ao que, nas teorias da relevância [vide Sperber e Wilson, 1986], é classificado como explicature. A ideia fundamental dos teóricos da relevância

tido locucionário [*what is said*]. As implicaturas conversacionais são *canceláveis*, de acordo com o próprio quadro griceano, e podem mesmo ser vagas ou indeterminadas. Essas mesmas características também se podem aplicar às *implicituras* conversacionais. Qual é, então, a principal diferença entre os dois tipos de fenómeno pragmático?

As implicaturas conversacionais – tal como as implicaturas – excedem o conteúdo literal de uma elocução; mas as primeiras são *meras elaborações desse conteúdo literal*, ao passo que as segundas são *conteúdos proposicionais totalmente distintos* do conteúdo literal da frase-tipo proferida num acto de elocução.

Um “*implicatum*” é um conteúdo totalmente separado daquilo que é dito por uma elocução e pode ser *inferido do acto de elocução*. O *what is said* constitui um conteúdo proposicional determinado e o conteúdo proposicional que pode ser comunicado *em adição* àquele, na categoria de implicatura conversacional, é um novo conteúdo proposicional, conceptualmente independente daquilo que é dito num acto de elocução.

De acordo com o quadro griceano, a proposição expressa por uma implicatura pode não ter um único constituinte em comum com o *what is said* a partir do qual é inferida. Se, por exemplo, um falante usa a frase (2):

(2) Já passa das 10 da noite.

Pode não estar apenas a dizer ao seu interlocutor que horas são, como ainda a veicular a informação de que um determinado restaurante está fechado [*implicatura conversacional*].

Por contraste, uma *implicitura conversacional* é um tipo de conteúdo que elabora o próprio conteúdo explícito de uma elocução, por meio de processos pragmáticos de vária ordem, como qualquer um dos processos pragmáticos primários propostos por François Recanati em *Literal Meaning*, por exemplo, excepto a saturação<sup>14</sup>, que é considerada, por

---

também era rever a clássica dicotomia griceana e, por isso, criaram o neologismo “*expliciture*”. Bach alega discordar do próprio termo introduzido por Sperber e Wilson porque, ainda que literalmente pareça designar o processo de explicitação do conteúdo intuitivamente comunicado por um falante num acto de elocução, Sperber e Wilson usam o seu neologismo para referir “o conteúdo explícito da elocução”. Porém, aquele que considera ser o conteúdo explícito inclui o desenvolvimento da forma lógica da frase proferida e esse desenvolvimento consiste em adicionar ao conteúdo de uma elocução elementos que não são constituintes sintácticos da frase-tipo de que é espécime. O resultado desse processo é a obtenção da explicatura, para Sperber e Wilson. Bach rejeita esse quadro na medida em que não preserva uma noção semanticamente pura do *what is said* nem respeita a correlação sintáctica. Interpretar uma elocução de uma frase com adições lexicais que não estão na frase proferida explica o que o falante quer dizer ao proferi-la e, nessa medida, torna explícito o conteúdo que o falante quis veicular no acto de elocução, mas esse material explicativo não está contido na elocução interpretada.

14 - Vide RECANATI, F. *Literal Meaning*, Cap.2.

diferentes autores, ou como um processo pré-semântico ou como um processo pragmático primário *obrigatório* (esta é a posição do próprio Recanati). Como é conhecido, Recanati dividiu os processos pragmáticos primários pré-proposicionais em quatro categorias: Saturação, Livre Enriquecimento, Afrouxamento e Transferência<sup>15</sup>. Esses são os processos interpretativos que permitem obter o conteúdo proposicional mínimo de uma elocução, se a mesma instanciar uma frase-tipo semanticamente incompleta; ou enriquecer o respectivo conteúdo proposicional mínimo, até a obtenção das condições de verdade intuitivas da elocução em questão.

Voltemos à nova dicotomia de Bach. Tal como o termo sugere, as implicaturas conversacionais *estão implícitas* naquilo que é dito numa elocução, enquanto as *implicaturas* conversacionais são conteúdos “implícados” por um acto de elocução em que uma determinada frase-tipo é proferida.

A mesma frase-tipo, enquadrada num acto de elocução, pode produzir implicaturas e implicaturas conversacionais. Seja a frase:

(3) O Romeu tem uma namorada.

Uma possível implicatura conversacional de (3), no jargão do MSPM, é a proposição *o Romeu tem exactamente uma namorada (nem mais nem menos do que uma)*<sup>16</sup>. Possíveis implicaturas conversacionais deriváveis de um acto de elocução em que (3) é proferida seriam: *o interlocutor do falante não deve convidar o Romeu para um encontro amoroso; o Romeu não é homossexual; o Romeu está a divorciar-se da esposa.*

Exploradas as principais diferenças conceptuais da nova dicotomia que acabamos de

---

**15** - Deve entender-se por *saturação* um processo de interpretação, linguisticamente obrigatório, por meio do qual o conteúdo proposicional completo de uma elocução é definido mediante a atribuição de valores contextuais, quer a indexicais quer a predicados vagos, ou cujo domínio não está restringido no significado linguístico convencional ou na forma lógica da elocução; descreve-se como *livre enriquecimento* um tipo de processo pragmático primário que não é linguisticamente obrigatório, mas opcional, sendo, ainda assim, determinante na obtenção do conteúdo proposicional de uma elocução. Em exemplos típicos de livre enriquecimento, analisam-se expressões singulares numa elocução (como um conector), cujos significados locais são especificados por um processo inferencial não consciente. Com a intervenção de uma inferência não consciente (ou, pelo menos, não explicitada), a interpretação pragmática da elocução obtém condições de verdade intuitivas que transcendem o conteúdo puramente linguístico da mesma e, bem assim, as respectivas condições de verdade (literais) obtidas composicionalmente; o processo pragmático designado por *afrouxamento* [*Loosening*] é um processo em que as condições de aplicação de um predicado são expandidas e um novo conceito, com condições de aplicação mais amplas do que as literalmente determinadas pelo predicado correspondente, é obtido; finalmente, o processo pragmático de *transferência* produz um significado novo (*ad hoc*) para um conceito que, partindo embora de uma associação com o respectivo significado *literal*, está semanticamente deslocado em relação a este último.

**16** - Claro que esse conteúdo seria classificado por um griceano como uma *implicatura convencional*.

introduzir, analisemos alguns exemplos que, de acordo com o MSPM, são susceptíveis de veicular *implicituras* conversacionais<sup>17</sup>.

- (4) O João e a Joana casaram-se.
- (5) O João e a Joana subiram a serra de Sintra.
- (6) A Joana casou-se e ficou grávida.

O MSPM alega que as três frases supramencionadas expressam proposições ou pensamentos completos. Não vamos disputar isso agora. A relativa novidade do seu contributo, mas, sobretudo, a proposta de ilustração do fenómeno das *implicituras* conversacionais por meio desses exemplos assenta numa pressuposição. O MSPM defende que, em actos de elocução onde as três frases acima são proferidas, é razoável assumir que o respectivo falante *quer comunicar* algo mais do que o significado literal das frases-tipo que escolhe usar. Nomeadamente:

- (4a.) O João e a Joana casaram-se [*um com o outro*]
- (5a.) O João e a Joana subiram a serra de Sintra [*juntos*]
- (6a.) A Joana casou-se e [*depois*] ficou grávida.

As expressões entre parêntesis, não sendo constituintes das frases-tipo proferidas, podem indicar significados do falante [o que o falante quer dizer] em actos de elocução de (4), (5) ou (6). Para que o falante que profere qualquer das três frases-tipo deixasse completamente explícito o que quer comunicar num acto de elocução, teria de *proferir* os constituintes externos ao *what is said*, adicionados nas versões (a) das frases.

Uma versão que *explicite* o significado do falante em qualquer elocução simples de cada uma das três frases é classificada (pelo MSPM) como uma “expansão” do respectivo *what is said* e o material não-articulado dessa versão é classificado como uma “qualificação implíci-

---

<sup>17</sup> - Muito embora a substituição de noções nunca seja explicitamente proposta pelo MSPM, constata-se, numa exploração atenta desse quadro teórico, que muitos dos exemplos de “conversational implicature” oferecidos seriam classificados como *implicaturas convencionais* no jargão de Grice, ou seja, como conteúdos proposicionais não assimiláveis ao *what is said* de uma elocução, mas com um vínculo dedutivo àquele conteúdo bem mais forte do que o das *implicaturas conversacionais*, na medida em que o conteúdo de uma implicatura convencional dependeria directamente do significado literal (ou convencional) do *what is said* de uma elocução.

ta” da respectiva versão simples das frases (4), (5) e (6), versão correspondente ao *what is said* em actos de elocução determinados.

Um proponente do MSPM como Kent Bach adscrive a uma “elocução típica” de frases-tipo como as de (4), (5) e (6) o fenómeno pragmático de “não-literalidade ao nível da frase”. É alegado que, em actos normais de elocução de frases como as supra-mencionadas, embora não existam constituintes ou primitivos semânticos usados de forma não-literal, a própria frase como um todo significativo tende a ser usada de forma não-literal. Bach justifica essa alegação afirmando que a proposição que o falante que profere qualquer das três frases acima *quer comunicar ao proferi-la* não corresponde à proposição, composicionalmente determinada, das versões simples de (4), (5) e (6). O conteúdo proposicional correspondente *àquilo que é comunicado* pelo falante num uso habitual de qualquer das três frases está *implícito* naquilo que efectivamente é dito [*what is said*] pelas versões simples das mesmas.

Bach alega que um falante que profira a frase (4) num acto de elocução determinado, *não diz* que o João e a Joana se casaram um com o outro, tal como não diria isso se usasse (7):

(7) O João e a sua irmã Joana casaram-se.

Que as “qualificações implícitas” de (4), (5) e (6) não fazem parte do respectivo *what is said* é algo que se pode comprovar com uma versão do teste griceano para cancelar implicaturas conversacionais, aplicado às implicaturas. Um falante que cancele a qualificação implícita de (4a) não incorre em contradição (e.g. ao proferir: “O João e a Joana casaram-se, mas não um com o outro”).

O MSPM prossegue a reformulação da dicotomia griceana com uma proposta de *incompletude semântica* ao nível do *what is said* ou significado literal.

Vamos admitir que uma frase sintacticamente completa (isto é, bem formada), pode ser *semanticamente incompleta* ou indeterminada, dado o vínculo da Correlação Sintáctica e um princípio de composicionalidade associado. Por uma “frase semanticamente incompleta” está o MSPM a entender uma frase que não expresse uma proposição, nem mesmo mínima. Analisemos os exemplos:

(8) O João e a Joana estão prontos.

(9) A Joana casou-se em primeiro lugar.

Alegadamente, (8) e (9) não expressam proposições completas. Assumindo que um falante que profere uma frase num acto de elocução *deve querer comunicar uma proposição completa*, o MSPM defende que em exemplos de elocuições de (8) ou (9) um falante não pode querer dizer apenas aquilo que as suas frases dizem. Se mantivermos a hipótese de que um falante deve querer comunicar uma proposição ou pensamento completo quando usa uma frase que é semanticamente incompleta, então devemos postular, ao nível do significado do falante, versões complementares de (8) e de (9), como sejam:

(8a). O João e a Joana estão prontos [*para o casamento*].

(9a). A Joana casou-se em primeiro lugar [*e só depois engravidou*].

A estranha hipótese do MSPM – que o falante deva querer comunicar um pensamento completo num acto de elocução – compromete o seu defensor com a conclusão de que, ainda que (8) e (9) não sejam versões elípticas de (8a) e (9a), o falante que profere as primeiras deve intencionar o *conteúdo complementado* das segundas, isto é, deve poder esperar do interlocutor que interprete as suas elocuições como veiculando conteúdos como os de (8a) e (9a).

Quer a adscrição de conteúdos implícitos quer a complementação de conteúdos incompletos ao nível do *what is said* contam como processos de interpretação pragmáticos para o MSPM, sem prejuízo da preservação de uma noção puramente semântica ou literal do *what is said* na teoria.

A incompletude semântica de muitas frases sintacticamente bem formadas e completas – alega o MSPM – não tem mais impacto na distinção *what is said/what is communicated* do que o de classificar o primeiro como *o conteúdo semântico* das elocuições e o segundo como *o respectivo conteúdo pragmático* e rejeitar o “adágio escolar” de que uma frase (sintacticamente) completa expressa um pensamento ou proposição completos – ainda que mínimos.

Temos de deixar claro que não estamos de acordo com a dupla dicotomia do MSPM – *what is said/what is communicated* e *conversational implicature/conversational implicature* –, porque só reforça a cisão Semântica//Pragmática e, ao fazê-lo, descarta o Quadro Pragmático. No entanto, a tónica colocada pelo MSPM no conteúdo *implícito* das elocuições, como um nível entre o conteúdo literal e as implicaturas conversacionais, parece-nos pertinente.

## § 5. Dicotomia 2: o que é dito vs. o que é comunicado e uma esquizoidia semântica-pragmática

O último ponto expositivo deste ensaio incorpora mais do que uma crítica à segunda dicotomia importante no quadro teórico do Minimalismo sem Proposições Mínimas. Discutir criticamente a separação asséptica, defendida por Bach, entre o que é dito e o que é comunicado *num acto de elocução* não constituirá mais do que um trâmite no resgate do Quadro Pragmático que, por seu turno, facultará a retrospectiva panorâmica do argumento estruturante do ensaio.

O MSPM escolhe um campo preferencial de aplicação da sua dicotomia Semântica-Pragmática entre um espectro possível de aplicações, a saber: o *tipo de informação* veiculado num acto de elocução e respectivo *modus operandi* de extracção dessa informação num processo interpretativo. A informação semântica – prossegue o argumento – é um tipo de *informação codificada* numa frase tal como é efectivamente proferida (ou seja, é informação constituída pelas características linguísticas fixas da frase proferida), com a eventual adição do material extra-linguístico necessário para a determinação do valor semântico das expressões sensíveis ao *contexto semântico* (ou “contexto em sentido estrito”) em que a frase é proferida. A informação pragmática, por sua vez, é toda a informação extra-linguística cujo acesso é disponibilizado num *acto efectivo de elocução*. Se a informação semântica é um tipo de informação convencionalmente sinalizada na frase-tipo proferida num acto de elocução, a informação pragmática é qualquer tipo de informação gerada ou tornada relevante *por* e *num* acto particular de elocução.

Para defender a necessidade de uma noção puramente semântica do *what is said*, completamente dissociada do tipo complementar de informação obtida pela intervenção de processos pragmáticos operativos sobre aquele conteúdo, o MSPM rememora algumas obviedades que são consequências directas de um acto de elocução.

O acto de produzir uma elocução ou um espécime de uma frase-tipo, para além de explorar a informação codificada no *lexicon* da frase proferida, torna relevante nova informação extra-linguística associada a esse acto locucionário específico. A coordenação entre esse conteúdo extra-linguístico disponibilizado pelo acto de elocução e o conteúdo linguístico codificado na frase-tipo proferida constituem, no quadro do MSPM, o *input* para a identificação, por parte do ouvinte ou interlocutor, da intenção ou intenções comunicativas do falante. Essa coordenação, assim como o resultado conjunto da interpretação da elocução sob análise, constituem uma interface *informação semântica//informação pragmática*.

A informação pragmática tornada disponível pelo acto de elocução só é relevante para

o processo de inferência das intenções comunicativas do falante dado o pressuposto de que o falante que profere uma frase-tipo tem a *intenção comunicativa* de que essa informação extra-linguística seja reconhecida e tomada em consideração pelo respectivo interlocutor. As intenções comunicativas – defende Bach –, e por contraste com outro tipo de intenções, só são operativas por reconhecimento mútuo de falante e interlocutor ou ouvinte.

Mais explicitamente: a um falante que profere uma frase  $f$  na presença de um interlocutor  $a$  pode ser adscrita a intenção comunicativa  $x$  se o falante espera que  $a$  identifique  $x$  com base na elocução de  $f$  e no pressuposto de que  $a$  deve identificar  $x$  por acreditar que o falante produz  $f$  com a intenção de ver  $x$  reconhecida por  $a$ .

Essa reflexividade no reconhecimento das intenções comunicativas – prossegue o argumento de Bach – é algo que não acontece com a informação contextual de tipo meramente semântico, já que essa informação fica operativa dada uma elocução particular, independentemente das intenções comunicativas do falante e do respectivo reconhecimento por parte do ouvinte ou interlocutor. Ilustrativa desse fenómeno é uma passagem de Barwise and Perry (1983):

[...] even if I am fully convinced that I am Napoleon, my use of “I” designates me, not him. Similarly, I may be fully convinced that it is 1789, but it does not make my use of “now” about a time in 1789.<sup>18</sup>

A dissociação “asséptica” entre *informação semântica* e *informação pragmática*, extraíveis por diferentes mecanismos de interpretação aplicados a uma mesma elocução, pode ser impugnada a partir de várias plataformas ou esquemas argumentativos. Porém, aquilo que é decisivo para o argumento do MSPM é a afirmação de que o conteúdo do que é dito [*what is said*] por um falante numa elocução de uma frase-tipo *exclui* qualquer tipo de informação que seja determinada pela respectiva intenção comunicativa – de outra forma, o putativo conteúdo puramente semântico da elocução seria refém de algum tipo de processo pragmático.

Uma das objecções correntes a essa dissociação entre tipos de informação é identificada pelo próprio Bach como a “Objecção Proposicional”. De acordo com essa objecção, o *what is said* ou conteúdo semântico puro de uma elocução deve ser uma proposição ou pensamento completos. Já explorámos, no ponto anterior, o fenómeno da *incompletude semântica* e começámos mesmo este ensaio com a mais forte posição do MSPM (que, aliás, está defini-

---

18 - In BARWISE AND PERRY, 1983, *Situations and Attitudes*, 148.

da no nome sumário que atribuímos a esta proposta de distinção Semântica/Pragmática): *o conteúdo semântico puro de uma elocução não tem de corresponder a uma proposição completa*, nem mesmo mínima. Constatámos que frases sintacticamente bem formadas, como (8) e (9), são semanticamente incompletas e necessitariam de expansão de conteúdos para determinar um conteúdo proposicional. Mas, alega Bach, mesmo essas frases semanticamente incompletas, proferidas em actos de elocução determinados, podem ser indirectamente descitadas, sem que a respectiva descitação seja incongruente. Num contexto de descitação CD, um falante pode mencionar uma elocução de (8) ou de (9), sem os respectivos complementos proposicionais de (8a) e (9a), assumindo que as versões simples foram proferidas pela Sílvia. No CD, o falante diria:

(8) CD: A Sílvia disse que o João e a Joana estavam prontos.

(9) CD: A Sílvia disse que a Joana se casou em primeiro lugar.

O MSPM defende-se da Objecção Proposicional afirmando que, se (8)CD e (9)CD são possíveis sem incongruência, então o conteúdo semântico puro de uma elocução não tem de ser uma proposição completa.

Outras duas objecções à adscrição teórica de um conteúdo semântico puro a elocuições são analisadas e descartas pelo MSPM: a “Objecção Psicológica” e a “Objecção Intuitiva”.

A “Objecção Psicológica” é desenvolvida por Recanati. De acordo com essa objecção à adscrição de um *conteúdo semântico puro* a elocuições de frases-tipo, tal conteúdo não terá nenhuma funcionalidade psicológica no processamento da informação veiculada num acto de elocução determinado, a menos que possa ser um conteúdo identificado pelo ouvinte ou interlocutor *antes* da respectiva inferência quanto à intenção comunicativa do falante.

Já mencionámos os diferentes tipos de processos pragmáticos de interpretação defendidos por Recanati em *Literal Meaning*. A distinção fundamental para o presente ponto da discussão é a separação entre *processos pragmáticos primários* e *processos pragmáticos secundários*. Os processos pragmáticos primários servem a extracção do primeiro conteúdo proposicional *psicologicamente relevante* para um ouvinte, interlocutor ou intérprete num acto de elocução. Os processos pragmáticos secundários são processos inferenciais que tomam como *input* o primeiro conteúdo proposicional psicologicamente relevante: dizem respeito à extracção de implicaturas ou de conteúdos indirectamente veiculados num acto de elocução em geral. Para que um processo pragmático secundário fique operativo, uma primeira

intervenção de processos pragmáticos primários tem de ter tido lugar no percurso interpretativo, disponibilizando um conteúdo proposicional. Uma vez que o primeiro conteúdo proposicional a que ouvinte ou intérprete têm acesso no processo interpretativo pode não ser o conteúdo semanticamente puro (ou mínimo) que o MSPM quer conservar na teoria, a preservação desse tipo de conteúdo é rejeitada por Recanati, por não ter entidade psicológica no processo de interpretação de elocuições.

O MSPM rejeita a objecção psicológica com base na concessão de que o suposto conteúdo semanticamente puro *pode não ser proposicional*, se a elocução sob análise constituir um exemplo de “incompletude semântica”. Bach afirma ainda que essa objecção ignora uma distinção entre a interpretação puramente semântica de uma elocução que pode não expressar um conteúdo proposicional P e a “inferência” do ouvinte ou intérprete de que o falante quis dizer P.

Com base no seu próprio quadro teórico, o MSPM defende que, uma vez que elocuições de frases-tipo semanticamente incompletas passam o teste das descitações, não há incongruência na atribuição do putativo conteúdo semanticamente puro e os processos pragmáticos de interpretação só começam *depois* dessa atribuição, ou seja, quando ouvinte ou intérprete descodifica o conteúdo semanticamente puro e (*possivelmente*) *incompleto* de uma elocução *mediante a qual o falante quis dizer o conteúdo completo* P. Claro que os processos pragmáticos de interpretação de Bach não têm, na teoria, um lugar homólogo aos processos pragmáticos de interpretação de Recanati – porque Recanati rejeita a estipulação de um “conteúdo semanticamente puro” ou mínimo.

Para o MSPM, o cancelamento da Objecção Psicológica depende de tornar essa objecção ilegítima ou irrelevante na preservação do conteúdo semanticamente puro a adscrever às elocuições. Bach defende-se do argumento anti-minimalista de Recanati afirmando que aquilo que ouvinte ou intérprete façam para interpretar a elocução de um falante, adscrevendo-lhe um determinado escopo de intenções comunicativas, *é irrelevante para a determinação daquilo que o falante disse literalmente* (tal como essa determinação se efectiva nos testes das descitações). Se o conteúdo semanticamente puro da elocução de um falante não tiver substância psicológica no processo interpretativo pragmático, alega Bach, tudo o que isso mostra é que ouvinte ou intérprete podem *inferir* o conteúdo efectivamente comunicado pelo falante *antes* de identificar o que o falante disse (note-se como aqui os processos de inferência estão ou podem estar ao nível dos chamados “processos pragmáticos primários” de Recanati).

O MSPM defende uma noção puramente semântica do que é dito [*what is said*], contra a Objecção Psicológica, por um não-compromisso com a ordem temporal dos diferentes níveis do processo interpretativo de elocuições. O conteúdo semanticamente puro – defen-

de o MSPM – constitui informação disponível para o ouvinte ou intérprete no processo de adscrição de intenções comunicativas ao falante, independentemente de como essa informação é explorada e mesmo se constituir apenas o nível de informação implicitamente assumida como irrelevante na determinação do que o falante quis dizer com o que disse.

A “Objecção Intuitiva” à estipulação de um conteúdo semanticamente puro afirma que esse tipo de conteúdo não respeita intuições comuns de falantes competentes de uma determinada língua natural sobre a verdade ou falsidade de elocuições. Por exemplo, uma elocução da frase-tipo (10)

(10) Eu não tomei banho.

Será verdadeira se o falante que profere (10) não tiver tomado banho no dia da elocução; porém, numa interpretação semanticamente pura ou literal, a elocução será falsa se o falante *alguma vez na sua vida* tiver tomado um banho.

O MSPM defende-se dessa objecção afirmando que *aquilo que o falante quer dizer* ao proferir (10) é verdadeiro se o falante não tiver tomado banho no dia da elocução – porém, essa versão expandida do conteúdo semanticamente puro de (10) contém a “qualificação implícita” do advérbio de tempo “hoje”.<sup>19</sup> Ainda que essa “qualificação implícita” do conteúdo literal da elocução não seja computada na determinação do conteúdo semanticamente puro de (10), o MSPM reconhece plausibilidade a essa objecção, na medida em que a qualificação implícita pode ser concomitante à descodificação do significado literal da frase e dada uma concepção de Semântica que privilegia os juízos intuitivos de falantes e intérpretes na determinação das condições de verdade de elocuições.

Mas o contra-argumento de Bach prossegue a partir da seguinte observação:

*It is the central aim of semantics to account for semantic facts, not intuitions.*

(Bach, 2001, 26).

---

**19** - Note-se que, assim, também ao nível da determinação das condições de verdade de uma elocução, o conteúdo semanticamente puro defendido pelo MSPM pode não ser relevante; já vimos como o mesmo pode acontecer quanto à determinação de um conteúdo proposicional.

À medida da esquizoidia da sua proposta de dissociação Semântica/Pragmática, o MSPM vai argumentar que, muito embora as intuições linguísticas dos falantes sejam relevantes para a determinação das condições de verdade das elocuições, essas intuições ou “juízos intuitivos” são mais relevantes para a obtenção das “condições de verdade intuitivas” das elocuições – a partir de informação de tipo pragmático, mormente de conteúdos *implícitos* em elocuições de frases-tipo – do que para a obtenção das “condições de verdade literais” ou semanticamente puras das frases proferidas.

Bach aduz mais duas considerações contra a “Objeção Intuitiva”: 1) defende que as intuições dos falantes são importantes ao nível da inferência dos *conteúdos comunicados* por elocuições, mas não na determinação do *conteúdo literal* ou semanticamente puro das mesmas; 2) defende que a plausibilidade ou implausibilidade das intuições dos falantes podem ser aferidas pelo teste griceano para cancelar implicaturas conversacionais.

Para justificar 1) Bach afirma que, no curso normal da comunicação entre interlocutores, falantes e ouvintes não focam o desempenho interpretativo no conteúdo semântico (puro) das frases proferidas e ouvidas. Numa plataforma comunicativa não-teórica, os interlocutores estariam concentrados naquilo que está a ser comunicado e não naquilo que está a ser dito (posição que cria uma certa perplexidade, já que, de acordo com o próprio MSPM, aquilo que é comunicado tem por base ou *input* aquilo que é dito). Para além disso, não lhes é normalmente requerido que distingam informação semântica de informação não-semântica, o que não os torna necessariamente cegos a essa distinção.

Para reforçar essa última ideia e justificar 2), Bach propõe que exploremos as intuições de falantes competentes de uma língua natural expondo-os ao teste griceano para cancelar implicaturas, que servirá agora para distinguir aquilo que é dito daquilo que não é dito (em termos semanticamente puros), mas que está apenas *implícito* na elocução.

Voltamos a uma elocução simples da frase-tipo de (4) e a uma versão *expandida* dos conteúdos implícitos na mesma, repetimos o teste para (10) e perguntamos a falantes competentes de uma língua natural como o Português se notam diferenças entre as duas versões.

(4) O João e a Joana casaram-se.

(4ex.) O João e a Joana casaram-se [*um com o outro*].

(10) Eu não tomei banho.

(10ex.) Eu não tomei banho [*hoje*].

Claro que o MSPM intenciona esta como uma questão retórica e dá por suposto que todo e qualquer falante competente de Português – não maculado pelo contacto com a Filosofia da Linguagem – acentuará as diferenças entre os dois pares de elocuições.

## § 6 Resgate do quadro pragmático

As objecções e refutações às objecções supra-analisadas, quanto à adscrição de um conteúdo semanticamente puro a elocuições de frases-tipo, não nos interessam tanto no âmbito do presente ensaio como identificar a *lacuna fundamental* do próprio MSPM. Essa identificação, ao recusar em bloco esta versão alternativa de antiproposicionalismo semântico, deixará todo o espaço de razões ao Quadro Pragmático.

O MSPM não descarta a primeira definição de Semântica que apresentámos no §1 – se faz algo é reforçá-la. Quer dizer, para o MSPM, uma teoria semântica para uma linguagem descodifica e analisa a informação literal disposta por elocuições de frases-tipo<sup>20</sup> formuláveis naquela, e esse tipo de informação, mesmo quando não é proposicional (o que justifica falar-se em “Minimalismo sem Proposições Mínimas”), constitui o *input* para o conteúdo proposicional e vero-condicionalmente avaliável ao nível daquilo que é comunicado por um falante *num acto de elocução* (ou “evento histórico”, nos termos de Austin). Mesmo quando esse segundo nível de conteúdo, *output* do “conteúdo puramente semântico” que Bach nos recomenda vivamente a manter na teoria, é o resultado da intervenção de processos pragmáticos, o MSPM traça o percurso de interpretação de elocuições com vista à *obtenção de um conteúdo proposicional com condições de verdade*. O putativo “conteúdo semanticamente puro” de uma elocução pode não ser um conteúdo proposicional – mas sê-lo-á o *conteúdo comunicado* pela dita elocução, expansão ou complementação intencional do primeiro, susceptível à adscrição de um valor de verdade.

Essas díades (conteúdo semanticamente puro/conteúdo comunicado; conteúdo (possivelmente) não-proposicional/conteúdo proposicional) não são apenas incompatíveis com o Quadro Pragmático. São *incompatíveis consigo mesmas*, ao nível das respectivas definições e, portanto, constituem uma *lacuna fundamental* dentro do próprio quadro do MSPM.

Porque o MSPM postula “um conteúdo semanticamente puro” *para elocuições*, como

---

20 - «Semantic information is information encoded in what is uttered – these are stable linguistic features of the sentence – together with any extra linguistic information that provides semantic values to context-sensitive expressions in what is uttered», In BACH, K., “You don’t say?”, *Synthese* 128, 2001, 22.

a informação codificada na frase proferida, que não tem absolutamente que ter em conta as intenções comunicativas do respectivo falante nem a captação das mesmas por ouvinte ou interlocutor, é a esquizoidia da divisão estipulativa Semântica/Pragmática do Minimalismo sem Proposições Mínimas que incorre numa incongruência ao nível das definições. Não existe um “conteúdo semanticamente puro de elocuições”, porque uma *elocução é uma frase-tipo proferida por um falante* e a mera definição de “elocução” incorpora a informação “frase-tipo proferida por um falante” – não existe, portanto, um conteúdo semântico puro extraível de uma entidade linguística que só existe na medida em que é *pragmática*.

No §1 expusemos duas definições não redutíveis de Pragmática que agora devemos recuperar para fechar uma rejeição do MSPM:

*A primeira definição de Pragmática afirma que a Pragmática diz respeito aos fenómenos linguísticos não abordados pela Fonologia, nem pela Sintaxe nem pela Semântica. A segunda definição afirma que aquela corresponde ao estudo das propriedades das palavras dependente do facto destas terem sido proferidas ou de terem despoletado determinadas reacções, sob determinadas condições.*

A segunda definição de Pragmática é a adoptada pelo MSPM. (Vide Bach, 2001, 22: «Pragmatic information is information that arises from an actual act of utterance»). Ora, se o quadro teórico a que chamámos Quadro Pragmático afirma que, adoptando qualquer uma das duas definições não redutíveis de Semântica propostas no §1 e a segunda definição de Pragmática, todas as questões semânticas são *questões pragmáticas* e, se o MSPM argumenta sempre a partir de uma «utterance based approach» para discutir questões de conteúdo e de condições de verdade de frases-tipo *proferidas* por falantes competentes de uma língua natural, a respectiva proposta de dissociação Semântica/Pragmática incorre na *lacuna fundamental* de pretender não entrecruzar conteúdos semânticos com conteúdos pragmáticos e ainda *adscrever conteúdos semanticamente puros* a entidades linguísticas “dependentes do facto destas terem sido proferidas ou de terem despoletado determinadas reacções, sob determinadas condições”, ou seja, a entidades que, como as elocuições ou espécimes de frases-tipo de uma língua natural, só existem na medida em que são pragmáticas.

## Referências bibliográficas

- AUSTIN, J.L., 1950, "Truth"; in *Philosophical Papers*, 3ª Ed., Oxford: Oxford University Press, 117-33.
- BACH, K., 1994, "Conversational Implicature", in *Mind and Language* 9, 124-62.
- \_\_\_\_\_, 1999, "The Semantics-Pragmatics Distinction: What it is and Why it Matters", in Ken Turner (ed.), *The Semantics-Pragmatics Interface from Different Points of View*, Elsevier, Oxford, 65-84.
- \_\_\_\_\_, 2001, "You don't Say?". In *Synthèse* 128, 15-44.
- BARWISE, J. and PERRY, J., 1983, *Situations and Attitudes* (MIT Press).
- CAPPELEN, H. and LEPORE, E., 2005, *Insensitive Semantics*, Oxford: Basil Blackwell.
- DAVIDSON, D., 1984, "Truth and Meaning", in *Inquiries into Truth and Interpretation*, 17-36.
- GRICE, P., 1989, *Studies in the Way of Words*, Harvard University Press.
- LEWIS, D., 1970, "General Semantics", in *Synthèse* 22, 18-67.
- RECANATI, F., 2004, *Literal Meaning*, Cambridge: Cambridge University Press.
- TRAVIS, C., 2008, *Occasion Sensitivity*, Oxford: Oxford University Press.